

Aos seis dias do mês de junho de dois mil e dezoito, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária a Junta da Freguesia de Ermesinde, com a presença do Presidente, João Fernando da Costa Morgado, e dos Vogais, Miguel António Pereira de Oliveira, Juliana Cardoso da Silva, André Adolfo da Silva Teixeira, Bruno Miguel Bessa Ascensão e António Joaquim Teixeira da Mota. -----

A reunião teve a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período antes da ordem do Dia: -----

Período antes da ordem do Dia -----

a) Informações; -----

b) Intervenção do público -----

Ordem do Dia -----

1. Discussão e Aprovação da ata n.º. 5 de 2018; -----

2. Deliberação sobre descongelamento de carreiras para efeitos de alteração obrigatória de posicionamento remuneratório; -----

2.1 Ratificação da Ata apresentada pela Comissão de Avaliação de Funcionários; -----

3. Ratificação da Norma de Funcionamento da Zona 2 da Romaria de St^a. Rita; -----

4. Ratificação do subsídio atribuído à Confraria do Pão, da Regueifa e do Biscoito de Valongo; -----

5. Ratificação de apoio no transporte do grupo G.U.N.A.S para receber o prémio das Escolas Solidárias – Fundação Edp -----

6. Intervenção dos Membros do Executivo -----

7. Expediente. -----

O Senhor Presidente da Junta, João Morgado, cumprimentou o público presente e os restantes Membros do Executivo, passando para as informações. -----

Começou por prestar as informações, começando por fazer referência à realização da Romaria da St^a. Rita, que terá lugar de 8 a 11 de Junho, enumerando o cartaz previsto para os diversos dias, que incluirá, não só nomes do panorama artístico nacional, como também artistas da Freguesia, Associações e Coletividades de Ermesinde e de freguesias vizinhas. Deu a conhecer a resposta positiva da Câmara Municipal de Valongo, no que diz respeito ao pedido efetuado pela Junta, na sequência de várias intervenções dos membros do

Executivo e de alguns moradores, no sentido de serem prolongadas para a outra faixa de rodagem, as lombas redutoras de velocidade, em frente à loja do cidadão, na Rua Aldeia dos Lavradores. Esta necessidade já tinha sido constatada pelos técnicos camarários, pelo que o Município vai tomar as medidas de forma a satisfazer o pretendido. -----

Em seguida, informou que o Contrato de Aquisição de Serviços para a Limpeza Urbana, efetuado com a empresa Ferrovia, S.A., tinha obtido o Visto favorável do Tribunal de Contas, entidade que por força da legislação, já que se trata de um contrato para 4 anos, tinha de se pronunciar quanto à sua conformidade. ----

Deu, então, a palavra ao Público, e não havendo inscrições, passou à Ordem de Trabalhos. -----

Ponto um - Discussão e Aprovação da ata nº. 5 de 2018; -----

Não havendo inscrições para discussão, o Presidente João Morgado pôs a Ata à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto dois – Deliberação sobre descongelamento de carreiras para efeitos de alteração obrigatória de posicionamento remuneratório; -----

2.1 Ratificação da Ata apresentada pela Comissão de Avaliação de Funcionários; -----

O Sr. Presidente explicou que por força da legislação em vigor, os funcionários deverão ser avaliados de 2 em 2 anos. Contudo, como nos últimos anos não foi feito esse procedimento, foram aplicados os normativos legais, atribuindo a cada trabalhador os pontos obrigatórios. Em seguida leu uma deliberação, com seguinte teor: -----

“Tendo em conta que: -----

1- O artigo 18º da Lei nº 114/2017, de 29 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2018), estabelece que as alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório produzem efeitos a partir de 1 de janeiro de 2018, data que marca o início do processo de descongelamento das carreiras da Administração Pública. -----

2 - Os trabalhadores terão alteração obrigatória de posicionamento remuneratório quando acumulem 10 pontos nas avaliações de desempenho reportadas às funções exercidas. -----

3 – A Comissão de Avaliação apresentou uma grelha contendo o número de pontos atribuídos a cada funcionários, até ao ciclo avaliativo de 2015/2016; -----

4 – Que se encontra a decorrer o ciclo avaliativo de 2017/2018, para o qual foram estabelecidos objetivos apenas este ano. -----

O Executivo delibera, com base nos documentos que ficam apensos à presente Deliberação: -----

a) Homologar a pontuação outorgada a cada Funcionário; -----

b) Autorizar as mudanças remuneratórias subjacentes, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2018; -----

c) Homologar a Ata apresentada pela Comissão de Avaliação.” -----



Informou, ainda, que está a decorrer a Avaliação Curricular de uma Funcionária, que o solicitou por não concordar com a avaliação que lhe foi atribuída, cujas conclusões serão, também, analisadas em sede de Executivo. -----

Colocado o ponto à discussão e não havendo intervenções, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

Ponto três - Ratificação da Norma de Funcionamento da Zona 2 da Romaria de St^a. Rita; -----

Neste ponto o Sr. Presidente leu a Deliberação, que aprova os termos em que esta Norma se baseia e que fica apensa à presente Ata. Não havendo intervenções para a sua discussão, foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade a ratificação da Norma referida. -----

Ponto quatro – Ratificação do subsídio atribuído à Confraria do Pão, da Regueifa e do Biscoito de Valongo; --

Foi explicado pelo Sr. Presidente que a Junta de Freguesia é, desde há alguns anos atrás, Confrade daquela Associação, e como tal, não fazia sentido que não houvesse o apoio desta Autarquia, conforme foi solicitado e a exemplo do que tem acontecido em anos transatos. A este propósito informou que foi lançado o desafio, por parte da "Padeira Mor" – Dr^a. Rosa Maria, para que se fizesse, em Ermesinde, pela 1^a. vez, o Festival da Rabanada, evento que estará a ser preparado para levar a efeito. Foi então esclarecida a atribuição de um subsídio, no mesmo valor atribuído no ano anterior, 250,00 euros, à Confraria em questão, apoio a ser agora ratificado pelo Executivo. Não havendo questões a colocar sobre o assunto, foi o mesmo posto à votação tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto cinco - Ratificação de apoio no transporte do grupo G.U.N.A.S para receber o prémio das Escolas Solidárias – Fundação Edp -----

O Sr. Presidente resumiu a origem deste grupo, dizendo que se trata de jovens alunos do Agrupamento de Escola de Ermesinde, que se organizaram na ajuda solidária, por se terem apercebido que alguns dos seus colegas tinham algumas necessidades. Continuou dizendo que o grupo foi crescendo tendo agora como alvo não só a população estudantil daquele agrupamento, mas também a comunidade onde estão inseridos. O grupo apresentou uma candidatura à Fundação EDP, que tem um programa de apoio às escolas mais solidárias, tendo o grupo G.U.N.A.S. alcançado um prémio. Neste contexto, foi explicado pelo Sr. Presidente,

a solicitação do grupo a esta Junta de Freguesia para que contribuísse para o transporte dos mesmos a Lisboa, com o objetivo de receberem o prémio. O Vogal António Mota disse que não se opõe a este apoio, mas considera ser pertinente estabelecer um protocolo com a Escola, no sentido de esta se candidatar aos apoios anuais, de forma a não transformar este procedimento um subsídio pontual, já que foi entendimento adotado pelo Executivo não atribuir este tipo de subsídios. Foi, então deliberado, por unanimidade, ratificar a decisão de custear as despesas do transporte conforme foi solicitado. -----

Ponto seis - Intervenção dos Membros do Executivo; -----

Inteiveio Juliana Silva para dizer que se deslocou à Feira de Ermesinde e constatou a existência de várias poças de água no piso, devido à época das chuvas a decorrer, que dificultam a passagem quer dos vendedores quer dos compradores, resultando em graves prejuízos para os comerciantes, até porque as referidas poças não permitem, em alguns casos, a aproximação às bancas. Questionou, fazendo eco de algumas interpelações que lhe foram efetuadas pelos vendedores, se não seria possível a colocação de brita de forma a evitar aquelas lamas que se amontoam nos buracos existentes. -----

Em seguida, tomou a palavra António Mota dizendo que parte dos problemas que queria apontar foram verificados, em deslocação aos locais que fez, antecipadamente, em conjunto com o Sr. Presidente, nomeadamente à Rua Ilha da Madeira, Ilha do Pico, Praceta Vitorino Nemésio e outras, cuja intervenção se constatou ser muito urgente. Referiu, ainda o estado do piso do local onde estão instalados os divertimentos para a Romaria da St^a. Rita, dizendo, que, também ali, era necessário a colocação de brita para evitar aquele lamaçal, que a persistir vai impedir as pessoas de se aproximarem dos carrosséis. -----

O Vogal Bruno Ascensão inteiveio para apresentar um Reconhecimento Público do Executivo pelo mérito alcançado pela secção de Andebol do Clube de Propaganda da Natação, já que o seu escalão de juvenis conseguiu alcançar a 1^a. Divisão Nacional. Reiterou o alerta do Vogal António Mota no que diz respeito ao piso onde estão os carrosséis da Romaria de St^a. Rita, acrescentando que a intervenção terá de ser feita nas duas entradas do terreno. Sugeriu, em seguida, a colocação de um sinal de redução de velocidade para quem entra na Av^a. José Joaquim Ribeiro Teles, vindo de Valongo, já que os vendedores estão a instalar as suas bancas e stands, usando parte da faixa de rodagem, e os automobilistas entram com velocidades exageradas, tendo em conta aquelas instalações, pondo em risco a integridade física de todos os que ali se encontram. -----

Tomou a palavra André Teixeira alertando para a necessidade de poda das árvores, logo que possível, existentes na Rua do Juncal, que estão a prejudicar a iluminação daquela artéria, dadas as grandes dimensões das mesmas. Referiu, ainda, que estas árvores têm raízes de tão grande porte que estão a provocar danos na calçada, levantando-a e inutilizando espaços destinados ao estacionamento. Solicitou, também, a intervenção, logo que possível, numas árvores existentes na mesma rua, em frente aos nºs. 527 e 535, cuja ramagem, principalmente no 535, está já a entrar nas varandas dos moradores, gerando

reclamações por parte destes. Ainda na mesma artéria, referiu um jardim ali existente, onde um construtor depositou terra, por solicitação do anterior Presidente da Junta, a qual nunca foi removida, servindo agora de depósito de outros detritos de obras e outros lixos, além de dejetos caninos, sendo urgente a limpeza e arranjo do local. Congratulou-se e agradeceu a intervenção deste Executivo nos diversos jardins da zona das Saibreiras, que já não eram limpos há imenso tempo. Referiu, também a necessidade de alertar os responsáveis do Seminário do Bom Pastor, na Rua D. António Barroso, no sentido de procederem ao corte da vegetação que pende dos muros, já que estão a invadir a parte pública, obrigando os transeuntes a descerem o passeio para poderem passar. Da mesma forma, disse ser imperioso que na Trav^a. Camilo Castelo Branco, junto à Etar, se alerte o morador, para a necessidade do corte dos cedros que estão a passar da parte privada para a parte pública. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente para dizer que vai fazer constar em Ata o Reconhecimento ao CPN – Secção de Andebol e que será endereçado ao Clube os parabéns pelos resultados obtidos pelo juvenis. -----

Continuou a sua intervenção dizendo que os membros da Assembleia Municipal e os membros do Executivo Camarário fizeram uma visita à freguesia de Ermesinde, no âmbito de uma programação de visitas às freguesias e às IPSS's do Concelho, tendo, em Ermesinde levado esses Autarcas a visitar:

- O circuito de manutenção, em Chãos, a propósito da problemática existente acerca do Rio Tinto, onde lhe mostrou a nascente, reportando todos os constrangimentos existentes e que estão a ser alvo de estudo por parte de um grupo de trabalho, que inclui elementos desta Junta de Freguesia, Câmara Municipal de Valongo, Be Water, Universidade Fernando Pessoa e Lipor; -----
- Edifício do antigo cinema de Ermesinde, cuja situação todos gostariam ver modificada mas que tem no cerne da questão os valores monetários envolvidos; -----
- Parque da Socer; -----
- Feira e Mercado. -----


No que diz respeito a estes dois últimos espaços visitados, o Sr. Presidente disse que é pretensão do Município intervir, no entanto, o facto de ser necessário a permuta de terrenos, uma vez que uns espaços são de propriedade camarária, mas outros são privados, o processo leva o seu tempo. Disse que a feira para ser funcional requer a criação de um "corredor" que permita aos moradores poderem retirar os seus veículos


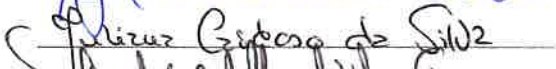


das garagens, em dias de feira, sem grandes constrangimentos. Acrescentou que a Câmara Municipal de Valongo pretende intervir no edifício do Mercado, cuja degradação é visível, devido às infiltrações das águas pluviais e ao desgaste de muito anos sem intervenção, obra que envolverá largos milhares de euros e que o Município pretende fazer por administração direta. Espera e considera ser o ideal que toda a intervenção naqueles equipamentos se faça de forma integrada, de forma a ser reparado, também, o piso onde está instalada a feira. Quanto às árvores que se encontram nas traseiras do Mercado, disse estarem em terreno privado onde a autarquia não pode intervir mas apenas alertar as autoridades para a notificação dos proprietários. -----

Quanto às questões colocadas pelo Vogal António Mota, o Senhor Presidente disse que era seu hábito, deslocar-se pela Cidade, para constatar os problemas existentes e reportá-los a quem de direito, regozijando-se com o facto de muitas das situações reportadas serem resolvidas. Reconhece que as falhas na pavimentação é um dos grandes problemas da cidade, contribuindo, em grande escala, o facto das caixas recoletoras cederem à grande confluência das águas pluviais. Disse estar a Câmara Municipal de Valongo a encetar obras de recuperação de arruamentos e passeios, tornando estes acessíveis às pessoas de mobilidade reduzida. Referiu-se, em seguida, ao problema existente na Cidade, relacionado com a limpeza das ruas e extirpação de ervas, dizendo que a situação não é de todo a mais desejável. Fez uma resenha da situação, em termos de contratação, para esta prestação de serviços, desde que teve início este mandato. Disse que, já nessa altura, se depararam com o cenário onde a limpeza e a extirpação de ervas era constantemente alvo de reclamações e que a empresa que prestava serviço, afirmou categoricamente que não queria continuar a fazer o serviço porque o valor do contrato era insuficiente. Acrescentou que, para garantir o serviço, durante o espaço de tempo que decorreria entre o fim desse contrato e o Concurso Público, se fez um Ajuste direto com uma empresa que teve algum receio em fazer o investimento necessário, pois desconhecia se iria ganhar o Concurso Público e daí ter havido um interregno em que o serviço não dispunha dos meios adequados e necessários. O recurso ao Concurso Público por 4 anos teve como finalidade garantir que o executivo que resultar do próximo ato eleitoral poderá dispor de seis meses para repensar a forma de organizar esta prestação de serviço, para além de que se poderia obter um melhor preço dada a dilatação do prazo, embora este tipo de procedimento, tenha acarretado um processo mais moroso e complexo, havendo a necessidade de Visto do Tribunal de Contas, dado que o valor do contrato atingido ultrapassa o limite para concurso público simples. Disse, ainda, que o Concurso foi ganho por uma terceira empresa que também não adquiriu o equipamento indispensável, enquanto não houvesse visto do Tribunal de Contas, pelo que houve um compasso de espera para iniciar esta prestação de serviços a cem por cento. Além disso, acrescentou, que a chuva sentida nos últimos dias também não permitiu a intervenção desejável e necessária, quer na extirpação de ervas quer no corte de relva, uma vez que, nestas circunstâncias não há condições técnicas nem humanas para o fazer. No que diz respeito à Rua do Juncal,

referiu que aqueles plátanos e cedros nunca deveriam ter sido colocados naquelas caldeiras, já que são árvores que atingem um diâmetro muito grande que rebentam com qualquer piso. Acrescentou que quando iam intervir as árvores daquele local, para efetuar as podas, constataram que estavam a florir o que impediu a ação. Contudo, está programada uma intervenção, naquela área, no próximo mês de Setembro. --- Tomou a palavra o Tesoureiro da Junta, Miguel Oliveira, para dar conhecimento de que foram distribuídas cartas, a todos os moradores na zona onde se realizará a Romaria da Stª. Rita para lhes transmitir as datas e alterações que decorrerão em termos de trânsito, bem como dar a conhecer os caminhos alternativos correspondentes. Disse ter falhado, de facto, a colocação de um sinal de redução de velocidade, nas entradas da Romaria, mas, dado que o trânsito já seria cortado no dia seguinte, pelas 14,00 horas o problema ficaria resolvido, tendo acrescentado que se antecipou o corte de trânsito num dia, precisamente para evitar algum acidente, na fase em que os comerciantes montam as suas estruturas. Confirmou ter havido um problema com um dos camiões dos divertimentos, devido ao lamaçal de que gerou por causa das chuvas, mas já tinham providenciado no sentido de serem colocados alguns camiões de brita para minorar aquele constrangimento, quer para os equipamentos quer para o acesso das pessoas. ----- Não havendo mais assuntos a tratar, João Morgado, Presidente da Junta, deu por encerrada a reunião.

A JUNTA,




Miguel António Pereira de Oliveira

António Gomes da Silva

André Adolfo de Almeida

Bruno Miguel

O presente documento tem por finalidade informar a todos os membros do Conselho Municipal de Educação (CME) sobre a realização da reunião ordinária de 06 de junho de 2018, realizada no dia 06 de junho de 2018, às 08h30min, no Auditório do Município de São José do Rio Preto, sob a presidência do Sr. Carlos Roberto de Souza, Presidente do CME.

A reunião foi realizada de acordo com o calendário de reuniões estabelecido no Regimento Interno do CME, e teve como pauta de discussão a aprovação do Relatório de Gestão do CME referente ao ano de 2017, bem como a aprovação do Relatório de Gestão do Conselho Municipal de Educação de São José do Rio Preto, em conformidade com o artigo 15, inciso III, da Lei nº 1.232/2012.

O Relatório de Gestão do CME referente ao ano de 2017 foi apresentado pelo Sr. Carlos Roberto de Souza, Presidente do CME, e teve como objetivo informar aos membros do Conselho sobre a atuação do Conselho durante o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

O Relatório de Gestão do Conselho Municipal de Educação de São José do Rio Preto foi apresentado pelo Sr. Carlos Roberto de Souza, Presidente do Conselho, e teve como objetivo informar aos membros do Conselho sobre a atuação do Conselho durante o período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017.

Após a apresentação dos relatórios, foram realizadas discussões e debates sobre o conteúdo dos mesmos, bem como sobre a aprovação dos mesmos.

Ao final da reunião, foi realizada a votação para a aprovação dos relatórios, sendo que ambos foram aprovados por unanimidade.

O presente documento constitui-se no Relatório de Gestão do CME referente ao ano de 2017, bem como no Relatório de Gestão do Conselho Municipal de Educação de São José do Rio Preto, em conformidade com o artigo 15, inciso III, da Lei nº 1.232/2012.